

Bracher acredita em acerto com o Clube de Paris ainda em 1986

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo ainda não afastou a hipótese de encontrar uma saída negociada para resolver a questão da dívida externa. O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, deposita esperanças de que um acerto venha a ser alcançado até o final do ano em torno do reescalonamento dos compromissos assumidos com empréstimos tomados junto a agências governamentais, no âmbito do Clube de Paris. "Isto não é impossível", disse ele.

A possibilidade de entendimento com os bancos privados fica postergada para o ano que vem: "Não há tempo hábil para fecharmos um acordo com os bancos ainda neste ano", lembrou Bracher no início da tarde de ontem, à saída do Ministério da Fazenda. A abertura formal das negociações com os bancos está na dependência da posição que vier a ser tomada pelos governos credores quanto à dispensa de monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), como pretende o governo brasileiro.

Caso o sinal seja favorável — este está sendo aguardado para o dia 15 de

dezembro —, o caminho estaria automaticamente aberto para a retomada das conversas com os bancos.

PMDB

Bracher prefere desconversar quando indagado sobre a disposição do PMDB de propor ao Executivo um tratamento mais duro nas negociações da dívida externa. Alguns dos governadores recentemente eleitos chegam a defender a suspensão do pagamento dos juros como o único meio de tornar viável a política econômica, calcada no crescimento e no controle da inflação.

A discussão dentro e fora do governo desenvolve-se em torno de duas posições — suspender os juros, que seria uma atitude unilateral do Brasil, ou tentar ainda buscar um entendimento, que atenda aos interesses do País.

O economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, chefe do Centro de Estudos de Política Monetária e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e assessor do ministro da Fazenda para questões de dívida externa, não tem dúvidas de que a transferência de recursos para o exterior tem de ser reduzida. O próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já



Fernão Bracher

definiu o limite máximo de remessa de juros que o País pode suportar: 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A suposição por trás é de que a economia cresça, nos próximos anos, à taxa de 6% em média, por ano, e supõe também um crescimento no nível das reservas internacionais para acompanhar a expansão das importações.

"Se os credores não aceitarem isto — e neste caso seria abandonada a via negociada —, a redução imediata das transferências para os bancos é sempre uma decisão que pode ser tomada", explicou ele.

Para Nogueira Baptista Júnior, às alternativas pa-

ra o encaminhamento da dívida externa são apenas duas. Uma delas passa pelo crivo do FMI e é sinônimo de uma combinação que reúne recessão econômica com processo inflacionário. Neste caso, as remessas de juros mantêm-se inalteradas mas o peso da despesa é todo ele deslocado para o setor externo, aliado em medidas drásticas como a do choque cambial e a do choque da demanda.

Outra alternativa passa pela diminuição da transferência de recursos para fora do País e o economista da FGV acha que neste caminho se encaixam as recentes medidas adotadas pelo governo com vistas a ajustar o Plano Cruzado, como flexibilidade na política cambial e aperto não tão acentuado na demanda agregada.

Embora não seja propriamente um defensor de posições mais radicais como a da moratória, Nogueira Baptista Júnior diz que o único custo que uma decisão deste tipo carrega — o corte ao acesso a empréstimos novos — não seria um problema novo para o País. Fora isto, não crê que os países credores viessem a fazer represálias, como a do embargo comercial, ao Brasil.